



MMA

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA EM SANTA CATARINA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA**

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e seis, no Hotel Fliper localizado na Avenida Senador Galotti 680, Mar Grosso, Laguna, às oito horas e cinquenta minutos foi realizada a terceira reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. Os pontos da pauta desta reunião foram: 1-Abertura; 2-Informes da APA da Baleia Franca; 3- Leitura, modificações e aprovações da ata da reunião anterior; 4- discussão e aprovação de parte do regimento interno do CONAPA BF; 5- Relatórios dos Grupos de Trabalho; 6- Assuntos gerais e informes dos conselheiros e encaminhamentos. Após a leitura da ata da reunião anterior do CONAPA, esta é aprovada por unanimidade. Eduardo Peixoto – IBF questiona que suplentes que não estavam presentes na ultima reunião também têm o direito de assinar a ata da mesma em nome do representante titular da instituição por tê-la aprovado em plenária. O assunto gera polêmica, vários conselheiros se manifestam contra este posicionamento. Decide-se por tratar o assunto diretamente na discussão do regimento interno do CONAPA da BF. Dete inicia os informes da APA, cita os encaminhamentos dados pelo IBAMA referentes à ação civil pública movida pela IWC/Brasil – PBF contra o IBAMA e referente ao Plano de Manejo citando a reunião com a DIREC/IBAMA e prazos e atividades agendadas para elaboração dos termos de referência para elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Dete cita ainda participação da equipe da APA em cursos de capacitação que contribuem para a elaboração do Plano de Manejo, o curso de qualidade de água e o curso de sensoriamento remoto na ESEC Carijós. Dete cita ainda a participação da equipe da APA nas reuniões dos Grupos de Trabalho formados na última reunião. Dete cita participação na audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores de Imbituba sobre o conflito da pesca-subaquática, cita também a necessidade de discussão e encaminhamento da minuta elaborada sobre o assunto por membro do conselho. Dete cita participação e apresentação de trabalho sobre o processo de formação do CONAPA BF no V Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental. Também comenta encaminhamentos relativos ao projeto do Centro de Visitantes na Sede da APA em Imbituba e sua aprovação quanto ao financiamento pela SDR. Fala sobre a minuta de IN trabalhada por diversas instituições desde antes da constituição do CONAPA BF referente ao fechamento de seis enseadas prioritárias para a reprodução da Baleia Franca em relação ao turismo embarcado e trânsito de determinadas embarcações. Luiz Ernesto, superintendente do IBAMA-SC, comenta que a adequação das atividades à legislação são justificadas e passíveis de fiscalização. Karina PBF comenta que as enseadas a serem protegidas são locais prioritários para a reprodução da baleia e que, além disso, permitem o turismo de observação em terra pelos costões. Dete comenta sobre a necessidade de projeto de trilhas temáticas da APA da BF. Lédio se manifesta sobre a necessidade de esclarecimento desta legislação que limita o tráfego de embarcações em enseadas determinadas. Dete comenta sobre organização da lista de discussão com atualizações de endereços eletrônicos. Dete passa a palavra para Heitor que ressalta a importância da discussão e aprovação do regimento interno. É iniciada então a discussão do regimento interno (RI). Iniciando do ponto onde foi finalizada a avaliação do RI na última reunião, Val sugere a alteração e nova redação ao artigo 5º dada por discussão dentro do GT Jurídico, Professor Paulo Vieira acrescenta sugestão, assim como Guarache – ACIM e Eduardo Peixoto - IBF. As alterações são discutidas por todos e o artigo 5º. é então aprovado por unanimidade com o novo texto. Quanto ao artigo 7º., as pendências nos incisos VIII, XV, XVI e XVII são colocadas em discussão por todos. As alterações aprovadas incluíram manutenção da palavra “vetar” e o acréscimo da palavra “aprovar” no inciso VIII. No inciso XV foi acrescentado “emitir parecer” e retirado “opinar”. Houve consenso sobre a exclusão do inciso XVI. Ficou consensuada a exclusão do artigo 8º. No artigo 10º. acrescentou-se

após “legitimado” o texto “por decisão no conselho e”. No artigo 13º. trocou-se a palavra “infrações” por “infringência”, as medidas cabíveis/penalidades para os conselheiros infratores serão definidas pelo GT do Regimento Interno (RI) e apresentado em próxima reunião. Val foi incluído neste GT - RI. A discussão sobre a renovação dos conselheiros e a sua paridade na composição foi amplamente discutida quanto ao uso do termo “sempre que possível” presente no parágrafo único do artigo 14º. Guarache reforçou a necessidade de garantir a participação de todos os setores/segmentos com a retirada do termo. Dete reforça que o Conselho foi formado garantindo esta paridade e a continuidade deste processo será levada em consideração. Carlyle comenta que o próprio SNUC remete a este tema. Val reforça que o princípio é a garantia da paridade, mas reforça que deve permanecer no texto a palavra “sempre que possível” para não ocorrer engessamento do processo. Karina coloca a situação de ausência de instituição interessada/possibilitada em participar e a dúvida de seu encaminhamento no caso de retirar o termo, Beto comenta que “sempre que possível” é apenas um mecanismo necessário para viabilizar a continuidade do conselho. Luis - GRPU comenta que o excesso de segurança tanto quanto seu contrário não são desejáveis e sugere flexibilidade neste parágrafo único. Val apresenta proposta de que a renovação siga a proposta do SNUC (capítulo 5, artigo 17º., parágrafo 3), o que foi aceito por todos. No Artigo 16º. trocou-se “chefe” por “chefia”. No artigo 17º., inciso II incluiu-se “de acordo com o regimento interno”, inciso IV foi retirado “secretaria executiva”, os outros incisos foram aprovados por consenso, após fala do Guarache que reforçou a necessidade de autonomia relativa do CONAPA em relação a sua presidência, ou seja, a presidência deveria possuir apenas funções legais. No artigo 18º., parágrafo 2, acrescentou-se “após aprovação da plenária”. Val comenta a necessidade de definição no RI de que a secretaria executiva será eleita na plenária seguinte à aprovação do RI. Esta alteração no RI é aprovada por consenso. Segue para o art. 21º., as competências do Secretário Executivo são discutidas pelos conselheiros. A questão da substituição da Presidência do CONAPA na ausência da chefia da APA foi discutida a fundo, principalmente com a preocupação de que as atribuições do presidente da CONAPA não se confundam com as atribuições da chefia direta da APA, portanto, o inciso VI do art. 21º. terá sua redação alterada e apresentada em próxima reunião pelo Val. Heitor sugere a finalização da discussão sobre a secretaria executiva pelo GT do RI. Beto comenta que o GT RI não se reuniu o suficiente para produzir resultados e por este motivo os avanços em sua aprovação têm sido muito lentos. Ficou consensuado que na próxima reunião seja retomada a discussão do regimento interno a partir da Secretaria Executiva, e suas atribuições. Após a pausa do almoço, a reunião se reinicia com a apresentação dos trabalhos realizados pelo GT Barra do Camacho composto atualmente por Albertino - APEBARCA (coordenador), Jarbas - UFSC, Carlyle - UNESC, Vaneli- Prefeitura de Tubarão, Fernando - COPAGRO, Vantuir-Tamborete. Carlyle comenta que sua migração para o GT Barra do Camacho o impossibilitou de realizar atividades em seu outro GT (GT mineração sul - carvão). Magda - APEBARCA relata a ocorrência de três reuniões do GT Barra do Camacho, todas sempre com a presença da empresa mineradora CYSY, sendo que na primeira reunião também participaram associações de moradores da região, nesta reunião ficou decidido pelos presentes que o GT encaminharia parecer à chefe da APA durante reunião do CONAPA. Nestas três reuniões não houve a presença da totalidade dos conselheiros inscritos no GT. Carlyle expõe que aspectos técnicos sobre o conflito devem ser melhor analisados e que não dá para misturar o assunto mineração com abertura da Barra da Lagoa do Camacho, existem 2 universidades participando no GT e a proposta é que estas tragam as informações complementares para o CONAPA para formulação de uma opinião do Conselho em geral. Magda diz que no momento o GT Barra do Camacho não tem, portanto, resultado em seu parecer, pois em todas as reuniões a presença da empresa mineradora foi constante. Está certo para membros deste GT que a questão da abertura da Barra é importante para a população e que informações complementares de conselheiros são desejadas. Magda relata a presença da Dete na segunda reunião e que na terceira foram convocados todos os conselheiros do pólo sul que foram conhecer o projeto apresentado pela empresa mineradora. Vidal comenta que reunião do GT propriamente dito não ocorreu e sim reuniões de apresentação do projeto piloto da mineradora em seu módulo experimental. No pólo sul foram identificados na reunião a presença de 11 conselheiros, além das

entidades transpolares. Jarbas comenta que o foco do conflito na área é a mineração e não a abertura da Barra. O foco do GT Barra do Camacho deve ser a mineração, portanto. Jarbas também diz que não houve reunião formal do GT e nota a falta de contato mais profundo com o problema. A sugestão é abrir os estudos de EIA RIMA e complementações para o GT e, portanto para o CONAPA BF. Do ponto de vista técnico UNESC e UFSC podem trazer maior detalhamento, pois as informações estão muito difusas para permitir avanço. Carlyle cita o marco legal e a ausência de Plano de Manejo da APA e a possibilidade da criação da RESEX na região, ressaltando que o trabalho sobre o conflito deve ser executado sem pressões em vista da complexidade do processo. Magda sugere que os conselheiros do GT Barra do Camacho passem a ela os endereços e e-mails para a convocação de próximas reuniões, fala sobre a necessidade real da abertura da Barra para as comunidades de toda a região envolvendo os municípios de Jaguaruna e Laguna. Fabrício - SDR fala sobre a audiência pública promovida ano passado e no investimento de cem mil reais pela Secretaria para a abertura da Barra do Camacho repassados para a APEBARCA. Este dinheiro foi usado para custear combustível e operador para a draga cedida pela empresa mineradora (CYSY) para abertura da Barra. Existe pedido formal da comunidade para a SDR de mais duzentos mil reais a serem repassados à APEBARCA para fazer a manutenção da abertura da Barra durante este ano. João Batista - RASGAMAR diz que já existe negativa do IBAMA quanto ao licenciamento da mineradora, comenta sobre a necessidade de compensação ambiental do impacto decorrente da retificação do rio Tubarão, neste caso sugere que uma ação contra o estado seja discutida no GT. Cida fala sobre o desconhecimento da realidade do Camacho e pergunta por maiores esclarecimentos quanto à problemática deste conflito. Magda fornece esclarecimentos e comenta sobre a necessidade de levar também informações para a população das comunidades ribeirinhas à Barra do Camacho. Marter – UPIAR IBI fala sobre a pressão política adicional à pressão relacionada pela mineradora na região sendo manipulada a necessidade de satisfação de uma necessidade da comunidade, a Barra aberta. Carlyle sugere como encaminhamento a disponibilização de material para os conselheiros. Magda descreve brevemente a proposta da mineradora, ou seja, inicialmente instalar um módulo experimental de cinco hectares que equivale a cerca de 0,01% da área total da lagoa, equivalente a 2600 ha. Guarache pergunta sobre as questões pragmáticas na realização destas pesquisas necessárias. Dete pede critério ao tempo acordado de 20 minutos para cada grupo e esclarece a diferença entre o que o GT discutiu durante estas últimas reuniões e o exercício de análise de conflito realizado durante o curso no dia seis de maio. Por uma questão de encaminhamento prático sugere que o GT Barra do Camacho se reorganize e pense em uma metodologia de trabalho futura. Na sequência o próximo GT se apresenta, Glaico – APIVALE, como coordenador relata que o GT sobre a problemática do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) não se reuniu presencialmente, porém se comunicou por telefone e sobre a recategorização do PEST existe a forte necessidade de discutir esta proposta de projeto, em sua apresentação mostra síntese da proposta do “movimento pela recategorização das áreas costeiras do PEST” que inclui intenção de reduzir a área do PEST excluindo os territórios a leste da BR 101, diz que foi realizada audiência pública na assembleia legislativa na data de 06/12, que existem dois grupos com posições contrárias, após reuniões com deputados em março de 2006 proposta de projeto foi entregue ao governador que encaminhou à FATMA para emissão de parecer, neste íterim três ONGs levaram moção de repúdio ao projeto de recategorização, a FATMA mostrou-se contrária à proposta que lhe foi apresentada, na data de quatro de abril de 2006 foi criado fórum parlamentar para discutir o PEST, nas datas de 11, 18 de abril e 2 de maio foram realizadas novas reuniões deste fórum, contudo Glaico enfatiza a necessidade de maiores informações. Hoje o movimento contrário à recategorização conta com cerca de 34 adesões. Hoje as duas partes contrárias quanto ao assunto estão conversando e tentando chegar a um denominador comum. A APIVALE se posiciona dizendo que as pessoas que vivem lá há anos devem permanecer com suas residências no PEST e reforça o conhecimento da população local do parque em relação ao ambiente circundante. Se posiciona a favor da valorização de todas as formas de vida. Mazinho, suplente da AMOPRAN, pede a fala e dá detalhes do projeto de recategorização, que só foi necessário devido ao desamparo do Estado, e relata que a FATMA se mostrou indiferente ao apelo da população. O pólo norte da APA também

não está informado adequadamente quanto à questão. Comenta que audiência públicas tiveram participação massiva, fala sobre documentações das famílias quanto a suas residências, construídas em anos anteriores ao PEST. Descreve a questão da população de Naufragados e do potencial de preservação do PEST. Mazinho relata ainda que foi contratada uma empresa (Apolar Engenharia) para elaborar projeto, contudo o projeto não está trancado na Amopran. Glaico comenta que ainda não se reuniram como GT. Dete reforça que a proposta é aprofundar a discussão, independentemente das posições antagônicas, diz que a APA foi questionada quanto a uma posição oficial, uma vez que é vizinha ao PEST. Diz ainda que uma das queixas da comunidade local era omissão do Estado e sua posição de comando e controle, o encaminhamento deste problema seria autonomia do GT para aprofundar as discussões. Mazinho pede para discutir o assunto mais aprofundamente. Val comenta que mesmo que não se participe diretamente do GT, conselheiros podem manifestar suas opiniões, cita similaridade com a Barra do Camacho no sentido da pressão social que se sobrepõe à questão ambiental. Val fala ainda da questão social diante do abandono do Estado e o direito da população ser amparada, porém pondera sobre a possibilidade de prejuízo ambiental pela sensibilidade da área. Enfatiza a necessidade de definição de quem realmente deve ser amparado e sua diferenciação daqueles que se intitulam como detentores do direito. Fabrício informa que o Governo do Estado de Santa Catarina lançou edital para contratação de projeto de engenharia para a pavimentação, através de uma PPP, de rodovia que cruza parte do PEST, mas ressalta que é uma rodovia muito antiga. Guarache parabeniza a presença do contraditório nesta questão do PEST dentro do CONAPA BF, diz que os dois lados existem no grupo neste caso. Claudia lembra que uma das propostas contempla tanto aquele que morava antes da criação do parque quanto aquele que adquiriu terras posteriormente a criação do PEST. A palavra passa para o próximo GT. Andreza cita que na reunião estão presentes o titular e suplente da instituição APEBARCA e o direito de voz deve ser dado para um representante de cada instituição o que é reforçado pela Dete. Dando início ao relato de seu GT, João Batista comenta sobre as três reuniões do GT Resex Farol de Sta Marta. A proposta é transformar parte do sul da APA em RESEX (esforços iniciais para isso datam de 2001), o objetivo é destinar a área para a pesca artesanal, diferenciando o uso da região para uso exclusivo dos pescadores artesanais, João Batista reforça que SC é o berço da cultura açoriana no Brasil, descreve então um pouco sobre detalhes da cultura açoriana local, do sobre-esforço de pessoas que não tem na pesca sua atividade principal e o lucro que falta para a população local. Ressalta que a idéia da RESEX é diferenciar e demarcar o território destas populações tradicionais. Cita a adesão das duas lagoas (Camacho e Sta Marta) à RESEX, e do problema de compreensão da sociedade em relação ao que é reserva extrativista em contraposto com reserva biológica. Diz que diferenças de entendimento podem travar processos que podiam estar adiantados. A idéia é respeitar a capacidade de suporte do ambiente em relação à determinação dos limites de intervenção, cita ainda que o impacto da retificação do rio Tubarão foi desastroso para as populações do local. A RESEX além de proteger a pesca da população artesanal vai proteger a cultura popular da região, esclarecidos desentendimentos com o PBF, não existem pendências em relação à RESEX, contudo o GT da RESEX fará uma apresentação mais fundamentada no futuro sobre o assunto buscando um parecer do CONAPA BF. Luiz - GRPU pergunta se o espaço para criação da RESEX já está definido. Alexandre Cordeiro – CNPT/IBAMA é designado pelo conselheiro João Batista para falar sobre o histórico deste processo de criação desta RESEX. Este relata que os primeiros trabalhos foram feitos no Camacho e Sta Marta, foram realizadas reuniões sobre soluções para os conflitos regionais que incluíam uso excessivo de redes de aviãozinho, pesca industrial da tainha e anchova, rizicultores, carcinicultores, peixes de linha. O grupo do Farol de Sta Marta passou a participar do processo de discussão da RESEX mais aprofundadamente a partir de então. A idéia é transformar parte de uma APA federal em uma UC mais restritiva, uma RESEX marinha. O SNUC permite criação de UCS se forem do ponto de vista mais restritivo. Dois critérios devem ser levados em consideração ao se pensar em RESEX – domínio da área e usos permitidos para a área. Alexandre Cordeiro explica ainda diferenças das categorias de UCs segundo o SNUC. RESEX é uma área de domínio da União destinada a um grupo finito de usuários em relação aos recursos extrativistas disponibilizados, no caso recursos

pesqueiros e a pimenta rosa (aroeira), por exemplo. A RESEX é uma categoria de uso totalmente diferente de categorias de proteção integral. A poligonal espacial desta RESEX em discussão está definida e está sendo ajustada para aprovação da proposta final. Luiz – GRPU pergunta se a RESEX é totalmente marinha e Alexandre esclarece que a proteção à moradia dos pescadores também é importante e deverá ser garantida. Luiz pergunta como seria o processo para elaboração e formação da RESEX e Alexandre explica como é construído o decreto do executivo com participação do SPU local, com o pedido da concessão real de uso. Luiz - ECOSUL pergunta se a RESEX contempla os butiazais/butiazeiros. Alexandre responde que há ocorrência de butiazeiros na área da RESEX, contudo não é o principal recurso extrativista da unidade. João Batista fala da proposta de criação de RESEX de Butiá em Bentos. Guarache pergunta se a RESEX não iria descaracterizar a APA e que o poder público não está tendo condições de cuidar das UCS já criadas. Dete esclarece que João Batista vai preparar apresentação detalhada da proposta a ser apresentada ao CONAPA. Val inicia relato do GT Carcinocultura, dizendo que as atividades foram positivas no sentido de reunir informações e buscar pontos de vista diferentes. O GT teve duas reuniões e uma vistoria até o momento, cita os presentes em cada evento, e descreve que desde o primeiro momento se esboçaram duas visões bem diferentes, uma que apóia o fomento a atividade (cultivo de camarões) e outra que não está ligado diretamente a este tipo de empreendimento e questiona a atividade como não trazendo benefícios que compensem o impacto no meio físico-biológico. O conflito instalado envolvendo carcinocultura na Lagoa de Ibiraquera, inclusive com envolvimento de ACP, motivou o GT a direcionar o trabalho em relação a esta fazenda específica que se instalou neste local, para depois estender o trabalho do grupo para a carcinocultura na região da APA em geral. Val diz que Joel forneceu muitas informações as quais os membros do GT não tinham conhecimento, tanto quanto ao número de produtores e área ocupada com a atividade. Foi proposta vistoria na fazenda Lagamar após medidas tomadas em decorrência de ação judicial a fim de observar o processo de adequação com a recirculação de água e sua interação com a lagoa, entre outras medidas sugeridas pela ACP. Após a vistoria, realizou-se nova reunião para apresentação dos resultados da vistoria e de apresentação da questão histórica e técnica quanto ao cultivo de camarões, que procurou demonstrar que o impacto na qualidade da água da lagoa é mínimo. O Ministério Público encampou a ACP devido aos esforços de readequação em relação ao projeto e à nova proposta de carcinocultura, portanto a Fazenda Lagamar reiniciou legalmente suas atividades. Andreza diz que o objetivo do GT Carcinocultura é realizar mais reuniões a fim de elaborar subsídios para o CONAPA emitir parecer sobre o assunto. No momento, próxima reunião foi convocada pelo GT para apresentação das razões da comunidade para a não aceitação da atividade no local. Beto disponibiliza para consulta sua dissertação de mestrado que está relacionada ao tema para todos os conselheiros do CONAPA através da lista de discussões. Cida – CCI, descreve seu entendimento do ecossistema local anterior à implantação da fazenda de carcinocultura e de aspectos físicos e sociais atuais do local. Lédio conta conversa com procurador Celso Três e do desatendimento a algumas das exigências jurídicas (ausência de rede, etc...), ressalta que a geração de empregos não tem sido para a comunidade local. Marcos inicia explanação sobre resultados do GT Recifes Artificiais, explica sobre os contatos realizados para pedidos de informação. Ressalta que foi realizada vistoria para avaliação dos recifes artificiais (RAM) tanto no Porto de Imbituba quanto no Porto de Laguna. Fotos dos RAM foram apresentadas para a plenária. Marcos apresenta histórico da questão dos recifes em nível nacional e regional. Licenciamento não possui regras claras para sua execução, a responsável pelo licenciamento no IBAMA, diz que o processo passou por análise no CEPNORTE, no CEPENE e agora está sob avaliação no CEPESUL. A postura do GT é de elaborar moção com o parecer do conselho favorável à colocação dos recifes desde que sejam realizados os estudos necessários ao licenciamento, pedindo principalmente agilidade no regramento deste processo. A posição do GT a respeito da legalidade do encaminhamento desta moção foi questionada por um dos conselheiros via internet. Carla, oceanógrafa se anexou ao GT e está colaborando para o esclarecimento do assunto. Marcos diz que uma das instituições conselheiras foi contrária a colocação de RAM considerando o princípio precautório e pede que o conselho decida se aceita ou não o encaminhamento da minuta de moção para o CEPESUL, Presidente do IBAMA e Ministra do

MMA. Lédio pede a voz reforçando a necessidade do RAM para inibir o arrasto. Dete pede que o CONAPA se manifeste quanto ao encaminhamento da moção. Cida fala sobre a participação do Fórum da Agenda 21 e abre a participação no fórum para discussão deste assunto, diz que no evento que houve neste fórum sobre a pesca artesanal, o assunto foi muito debatido e a deliberação foi que quando estes projetos viessem ao fórum, este teria a função de discutir e esclarecer o assunto, contudo a mídia deturpou posicionamentos da comunidade e efeitos decorrentes dos RAM na praia do Rosa, principalmente. Cida comenta que o CCI posiciona-se a favor de estudos para a colocação dos RAM. Luiz Ernesto pede a palavra e diz que mesmo sem a publicação da portaria o conselho existe de fato e não de direito e que, portanto, a moção deve ser encaminhada, pois representa 42 instituições que tem uma opinião a dar em comum sobre este empreendimento, deixando este fato claro na minuta. Diz que o posicionamento do CONAPA é legítimo e deve ser expresso no processo. Guarache apresenta duas perguntas: quem pagou os RAM? E qual o objetivo dos RAM? Marcos responde à primeira dizendo que a SEAP pagou pelos RAM e que seu objetivo é exclusão de arrasto. Guarache questiona forma de uso do recurso público ao construir recifes que não estão automaticamente licenciados e que a minuta deve ser assinada por todas as instituições e não apenas pelo CONAPA. Albertino reforça a necessidade dos RAM para a exclusão efetiva de arrasto e dos barcos industriais em sua comunidade. O CONAPA passa então para a leitura e aprovação da Minuta da Moção que posiciona-se sobre os recifes artificiais marinhos (RAMs). Luiz Ernesto discorda da posição da minuta que se coloca claramente favorável, com receio de que o licenciamento seja burocrático. Dete fala sobre consulta ao PBF. Karina fala sobre a posição técnica do PBF sobre os RAM que não recomenda sua colocação nas enseadas prioritárias às baleias. Karina e Claudia concordam em alterar a moção pedindo a realização de estudos prévios ao licenciamento, para após se mostrar a favor ou não de sua colocação. Dete fala que desde o início a APA tem insistido na demonstração dos estudos prévios e por uma questão de precaução juntou-se toda esta informação e enviou-se ao licenciamento de Brasília o que desencadeou todo este processo. Luiz, suplente da ECOSUL, pede revisão da ortografia e gramática do texto da minuta e sugere que seja feito na forma de projeto piloto, fala também da publicação em Revista de circulação ampla sobre a colocação de RAM em Paranaguá, deixando a disposição a revista para consulta. Val sugere que se coloque criticamente como foi o processo de construção destes RAM por se tratar de uso de dinheiro público. João Batista pergunta se a qualidade das peças é responsabilidade da empresa que as confeccionou e de sua possível responsabilização. Dete ressalta que todos estes documentos estão sendo disponibilizados na internet e que a discussão tem sido muito pequena neste meio o que atrasa o processo de discussão durante a reunião presencial do CONAPA. André – ASAEP inicia então apresentação do GT sobre a Mineração nas Dunas de Ibiraquera, apresenta brevemente o conflito e anuncia que já foi encaminhado ao procurador Celso Três e que saem de lá trinta carretas ao dia, sem posto de fiscalização. Pede para a APA para fazer um EIA sobre o assunto e para o PBF fornecer dados sobre o uso destes locais vizinhos pelas baleias. Dete esclarece que o IBAMA não faz EIA apenas determina ao empreendedor que seja feito e o avalia, é o MP que deve entrar com ação exigindo a realização do EIA. André fala sobre a área que esta sendo explorada e diz que em próxima reunião trará maiores detalhes e fotos, cita que maiores informações também estão disponíveis em site da internet. Dete fala que a situação da mineradora passou pelo IBAMA e MP e suas atividades foram embargadas, porém liminar possibilitou continuidade das suas atividades. Karina explica como funciona a forma de comunicação das baleias (campo eletromagnético da Terra) e que as dunas não são usadas para sua comunicação e que toda a enseada entre Ibiraquera e Ribanceira são usadas de maneira mais ou menos igual pelas baleias francas. As baleias francas brasileiras também utilizam a costa argentina, em locais onde não existem dunas. Vidal diz que as dunas interferem no equilíbrio ecológico da região e indiretamente nas baleias, diz sua indignação de saber da situação depredatória da ação desta mineradora e não entende porque o MP (sede da Justiça Federal) concedeu liminar que possibilita atividade da empresa. Val explana sobre a situação judicial do processo de atividade desta mineradora, Fabrício relata que na imprensa ninguém fala sobre este assunto devido a pessoas importantes envolvidas no processo (deputados federais, desembargadores). João Batista fala sobre

a lei nº. 10 de 1988 que fala da proibição de mineração em APA. Val relata que GT de encaminhamento da carta de denúncias ainda não elaborou o texto, contudo tem a intenção de dar continuidade a este propósito. GT dos Atuneiros não conseguiram se reunir por uma impossibilidade não intencional, mas possuem volume de informação enorme e, portanto, mantém o objetivo de se reunirem e dar continuidade aos trabalhos do GT, pretendem portanto apresentar compilação destas informações em próxima reunião da CONAPA. Prof. José Silva Quintas se despede da plenária. A APA da Baleia Franca sugere formação de GT sobre a pesca subaquática, este é formado imediatamente com a seguinte composição: João Batista – RASGAMAR (coordenador), Lédio - ASPECI, Fabiana - Colônia Z13, Karina - PBF, Evaldo- Secretaria de Pesca e Agricultura da Prefeitura de Imbituba e Cidinha - CCI. João sugere criação de novo GT de Tombamento formado por Ana Paula - IPHAN (coordenadora), João Batista – RASGAMAR, André – ASAEP, Magda – APEBARCA. Cida, Paulo Vieira e outros recomendam a criação de novo GT para iniciar discussão sobre ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA composto por: Cida – CCI, Paulo Vieira – NMD UFSC, Vidal – Associação Ecológica Rincão, Marihelen - MAR , Dolizete - Gaia Vilage (coordenador), Claudinha - AMA, André - ASAEP e Samuel – Secretaria de Obras e Meio Ambiente da Prefeitura de Garopaba. Guarache e Samuel apresentam questionamentos quanto à possibilidade de discutir em maiores detalhes a IN sobre fechamento de enseadas, a Prefeitura (Samuel) coloca-se contra o fechamento da baía em Garopaba, assim como a prefeitura de Laguna (Agnaldo). Fabrício pergunta sobre o impacto do fechamento da enseada na Praia da Vila em Imbituba e sua influência na ocorrência do WCT – fomentado pelo governo do estado (SDR) e que ocorre no mesmo período. Cidinha mostra sua preocupação quanto ao comprometimento do CONAPA com a proteção da baleia. Dete comenta que apesar dos conselheiros terem que se remeter diretamente às instituições que representam, seu compromisso primeiro como conselheiros é pela proteção da baleia, um dos objetivos primordiais da unidade de conservação. Guarache sugere criação de GT específico para analisar em detalhes esta IN de fechamento de enseadas, sua composição passa a ser Guarache – ACIM (Coordenador), Fabrício – SDR, Karina – PBF, Gilmar – ICAM, Agnaldo – Prefeitura de Laguna, Samuel – Prefeitura de Garopaba, Evaldo – Prefeitura de Imbituba. Gilmar sugere criação de GT para ampliação do Porto de Imbituba, composição: Gilmar (coordenador), Vaneli – Prefeitura de Tubarão, André - ASAEP, Chicão - ASPR e Karina - PBF. Quanto à criação do GT para discussão da IN de fechamento de enseadas várias pessoas se manifestam a respeito do assunto e concordam quanto à legitimidade de discutir o assunto mesmo que a IN tenha sido encaminhada e elaborada anteriormente à criação do CONAPA BF. Beto salienta que o modelo de desenvolvimento territorial deve ser analisado como pano de fundo ao pensarmos nos assuntos dos GTs. Alexandre Cordeiro se preocupa no esmero do GT na ferramenta de apresentação de seus resultados para o CONAPA em plenária. Dete apresenta posicionamento da Marter e Carlyle que relatam ameaças à sua integridade física ao participar de reuniões no GT Barra do Camacho, Dete pede compromisso do coordenador do grupo (Albertino) em encontrar uma solução legal, viável e garantindo a integridade de pessoas que apresentam posição contrária à maioria, pois ações contrárias podem comprometer a legitimidade das decisões do GT. Heitor sugere que as reuniões do GT Barra do Camacho sejam realizadas em diferentes locais para viabilizar a presença de todos os conselheiros e garantir sua integridade. Magda diz que estava presente nas duas reuniões onde houveram ameaças ao Prof. Carlyle e à Marter, Magda afirma que Marter se apresenta com posição radical e irreduzível e foi sim ameaçada apenas verbalmente, assim como Prof Carlyle. Dete apresenta encaminhamento sugerido na redação de minuta que apresente a insatisfação com a forma de condução do RAM pela e para a SEAP. Guarache pede que a APA forneça toda a informação pendente ao CONAPA, encaminhando pedido a Superintendência. Fabrício informa que a SDR tem participado de reuniões periódicas para discutir o defeso do camarão em complexo lagunar, processo coordenado por Hamilton do CEPERG-IBAMA e que na última reunião estabeleceu-se que o defeso, que deve ocorrer de julho a novembro, envolve lagoas e populações dentro da APA e o processo de discussão não interage com o CONAPA – BF, Fabrício sugere que na próxima reunião seja trazido o Hamilton para o CONAPA para mostrar o que esta acontecendo realmente. Dete pede para conselheiros que ajudem a clarear assuntos duvidosos em

relação ao que é o CONAPA da BF em fóruns do qual participem. Claudia pergunta a Dete quanto tempo viável tem-se para que alguém que faltou à reunião assine a ata da reunião anterior e sugere que a ata seja transportada para mais de uma reunião até que todos que participaram a assinem. Sugestão que foi aceita. Dolizete fala sobre a importância de não deixarmos de discutir as questões sobre agricultura na APA. Embora já tenhamos vários conflitos e problemas a discutir no CONAPA, é importante que fique registrado a questão dos problemas da agricultura convencional, pois são muitos e não podem ficar esquecidos, e também fala sobre os trabalhos que vem se desenvolvendo com o novo modelo de agricultura sustentável (agroecologia) que exemplos como a família do Glaico e outros pequenos produtores estão trazendo como nova esperança para a agricultura familiar. É válido salientar ainda as experiências de pequenos grupos que estão se organizando para adquirir áreas de terras para praticar o modelo de agricultura sustentável. Dete fala do projeto viveiro de mudas da APIVALE. Dolizete fala de sua pequena experiência com seus colegas de trabalho na gestão participativa, e alerta para o problema de pessoas que tem maior poder na fala, que apesar de importantes no processo, muitas vezes acabam por tomar conta da maior parte dos tempos das falas e não intencionalmente acabam prejudicando a participação das pessoas mais inibidas, cita o exemplo do exercício do curso de capacitação que foi prejudicado em alguns momentos por este fato. Salienta a importância de nos questionarmos o quanto do tempo que ocupamos nas falas está realmente contribuindo no processo, é salutar possibilitar espaço para que outras pessoas se manifestem na plenária do CONAPA. Glaico fala da importância sobre a necessidade de um momento para se colocar as novidades que estão acontecendo em cada uma das entidades e mesmo colocar os problemas a fim de conseguir sugestões e, pede espaço mínimo para este compartilhamento. Dete avisa que este momento final de informes é destinado para isso e comenta sobre a experiência de vida do Dolizete e do Glaico. Val segue com algumas sugestões, sugere que o próximo módulo do curso não inclua reuniões no domingo à tarde e propõe que os GTs que não foram constituídos mas possuem potencial como é o caso da agroecologia e sua nova proposta de desenvolvimento territorial tragam estas informações para o próximo encontro, assim como a maricultura, sugere ainda que na próxima plenária o tempo seja canalizado para o regimento interno. Heitor elogia a produção relativa ao que foi acordado segundo a última reunião e mostra que ficou claro a importância dos GTs trazerem algo pronto para apresentar ao CONAPA. João Batista sugere que na próxima reunião sejam convidados representante da SEAP, ECOPLAN (ambos para a discussão do RAM) e IPHAN (tombamento). Laci fala do livro do Prof. Quintas que foi disponibilizado a todos os conselheiros. João agradece participação do Alexandre Cordeiro. Dete fala sobre encaminhamentos para o próximo módulo do curso de capacitação, da necessidade de pensar em próxima data de reunião e utilização menor do domingo à tarde, talvez usando sexta pela manhã. Representante da Prefeitura de Paulo Lopes sugere que a reunião do CONAPA seja antes do curso e não ao contrário. Val sugere que o curso seja anterior, mas que o uso de parte da noite pode compactar este próximo módulo. Fernando – COPAGRO comenta sobre a necessidade de pontualidade nestes eventos para aumentar aproveitamento do tempo. Próxima reunião seria apenas plenária e não incluiria o curso, a sugestão de data fica para 22 de julho de 2006. Dete fala que em função do tempo joga-se a apresentação da minuta da moção dos RAM para a próxima reunião. Dete agradece a presença do Cláudio Klemz da APA de Guaraqueçaba no curso e do Alexandre Cordeiro, agradece empenho do GT de formação da APA e do CONAPA como um todo, encerrando assim a plenária. Nada mais havendo a tratar, Patrícia Pereira Serafini APA BF/IBAMA e Lucas Canestri de Oliveira NMD/UFSC, lavramos a presente ata que será lida na próxima reunião do conselho, para sua aprovação ou retificação, sendo então assinada por todos os que estavam presentes, listados em lista de presença anexa.